



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

001. PROVA OBJETIVA

EDUCADOR SOCIAL

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

01. Leia a tira.



(Folha de S.Paulo, 03.07.2016)

Em conformidade com a norma-padrão, as lacunas da tira devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) trocar-no ... mim
- (B) trocá-lo ... eu
- (C) trocar ele ... mim
- (D) trocar-lhe ... eu
- (E) trocá-lo ... mim

Leia o texto para responder às questões de números **02 a 07**.

Numa cidade de 12 milhões de habitantes, como São Paulo, não há de ser simples a logística para distribuir remédios gratuitos às farmácias estatais e garantir o acesso tempestivo a quem deles depende.

Falhas pontuais acontecem. Cabe ao poder público saná-las de pronto e por elas desculpar-se, sem recorrer a pretextos burocráticos para explicar a inoperância. Eles não têm como minorar o desconforto do doente que fica sem medicamento a que tem direito.

(Folha de S.Paulo, 03.07.2016)

02. De acordo com o texto, em uma cidade como São Paulo, a distribuição de remédios gratuitos à população

- (A) está proibida pelo poder público.
- (B) é uma operação complexa.
- (C) acontece sob pressão popular.
- (D) constitui uma tarefa simples.
- (E) ocorre sem inoperâncias.

03. No segundo parágrafo do texto, fica claro que

- (A) o poder público está isento de responsabilidade na distribuição de remédios gratuitos à população em geral.
- (B) o doente que fica desatendido sem medicamento a que tem direito deixa de exigir explicações plausíveis do poder público.
- (C) o poder público deve abster-se de pretextos burocráticos ao justificar falhas pontuais na distribuição de remédios.
- (D) as falhas eventuais na distribuição de remédios à população minoram o desconforto do doente sem o seu medicamento.
- (E) a reparação de problemas na distribuição de remédios começa pelos pretextos burocráticos do poder público.

04. Considerando o uso do acento indicativo da crase em conformidade com a norma-padrão, assinale a alternativa em que as passagens “e garantir o acesso tempestivo a quem deles depende” (1º parágrafo) e “que fica sem medicamento a que tem direito” (2º parágrafo) estão corretamente reescritas.

- (A) e garantir o acesso tempestivo às pessoas que deles dependem / que fica sem medicação à qual tem direito.
- (B) e garantir o acesso tempestivo à pessoas que deles dependem / que fica sem medicação à que tem direito.
- (C) e garantir o acesso tempestivo à essas pessoas que deles dependem / que fica sem medicação à qual tem direito.
- (D) e garantir o acesso tempestivo à pessoas que deles dependem / que fica sem medicação à qual tem direito.
- (E) e garantir o acesso tempestivo às pessoas que deles dependem / que fica sem medicação à que tem direito.

05. Assinale a alternativa em que a passagem “Falhas pontuais acontecem. Cabe ao poder público saná-las de pronto e por elas desculpar-se...” (2º parágrafo) está corretamente reescrita, de acordo com a norma-padrão.

- (A) O reparo imediato e as desculpas cabe ao poder público, quando existem falhas pontuais.
- (B) Cabe ao poder público o reparo imediato e as desculpas, quando existe falhas pontuais.
- (C) As desculpas e o reparo imediato cabem ao poder público, quando se identifica falhas pontuais.
- (D) O reparo imediato e as desculpas cabem ao poder público, quando ocorrem falhas pontuais.
- (E) Cabe ao poder público as desculpas e o reparo imediato, quando ocorre falhas pontuais.

06. No trecho “Numa cidade de 12 milhões de habitantes, como São Paulo,...” (1º parágrafo), empregam-se as vírgulas para destacar
- (A) uma exemplificação.
 - (B) um vocativo.
 - (C) uma correção.
 - (D) uma advertência.
 - (E) um resumo.

07. Na passagem do 2º parágrafo “**Eles** não têm como minorar o desconforto do doente...”, o pronome em destaque refere-se a
- (A) habitantes.
 - (B) remédios gratuitos.
 - (C) representantes do poder público.
 - (D) pretextos burocráticos.
 - (E) doentes da cidade.

Leia a legenda que acompanha a imagem para responder às questões de números 08 e 09.



ACHADO BIZARRO

Cientistas descobrem um sistema planetário com estrela maior que o Sol, duas estrelas _____ e um mundo similar _____ Júpiter.

(www.folha.com.br. 08.07.2016. Adaptado)

08. De acordo com a norma-padrão, as lacunas da frase devem ser preenchidas, respectivamente, com:
- (A) menores ... por
 - (B) menor ... de
 - (C) menores ... a
 - (D) menor ... à
 - (E) menores ... para

09. No contexto em que está empregado, o termo “bizarro” significa
- (A) perigoso.
 - (B) inexpressivo.
 - (C) conhecido.
 - (D) comum.
 - (E) estranho.

Leia o texto para responder às questões de números 10 a 15.

Na época escolar, minhas “viagens espaciais” ao mundo da lua pintavam a Terra e seus objetos com as cores mais inusitadas. Por pouco tempo... até virarem luas de papel amassadas nas mãos da professora. Na escola diziam que devia pintar a Terra e seus objetos com as cores verdadeiras da verdade. Isto é, o tronco das árvores de marrom e a copa de verde.

Viver “no mundo da lua” e olhar para a Terra de outras distâncias, de outros ângulos, não era bem-visto pelos adultos, em geral, e pelos adultos da escola, em particular.

O mundo do Era uma vez..., do conto contado, lido, ouvido ou imaginado significava para mim a nave espacial que me permitia inúmeras viagens na travessia terra-lua-terra.

Então encontrava, no texto literário, a misteriosa conspiração das palavras. Sabia que elas, de alguma maneira, comunicavam-se entre si. Era como se tivessem muitos braços e entre abraços formassem uma rede invisível. Um tecido.

(Glória Kirinus, *Criança e poesia na pedagogia Freinet*. Adaptado)

10. Em seu relato, a autora explica que
- (A) os adultos mostraram-lhe, com paciência, que existe muita diferença entre o mundo imaginário das crianças e o deles.
 - (B) a escola foi um espaço de repressão à sua imaginação, e o caminho para poder continuar sonhando foi o texto literário.
 - (C) a comunicação das palavras entre si sempre foi uma situação incompreensível para ela, que abandonou o texto literário.
 - (D) a imaginação efervescia em sua mente, e a escola promoveu situações para torná-la uma pessoa ainda mais criativa.
 - (E) o contato com o texto literário aconteceu muito cedo em sua vida, mas ele nunca lhe despertou o interesse pelo mundo da imaginação.

11. No texto, há várias passagens em linguagem figurada, tais como:
- nas mãos da professora; as cores verdadeiras da verdade.
 - Na época escolar; não era bem-visto pelos adultos.
 - Por pouco tempo; o tronco das árvores de marrom.
 - luas de papel amassadas; a misteriosa conspiração das palavras.
 - não era bem-visto pelos adultos; as cores verdadeiras da verdade.
12. Assinale a alternativa correta quanto à colocação pronominal.
- As viagens espaciais ao mundo da lua, que sempre encantaram-me, permitiam que pintasse a Terra e seus objetos de cores inusitadas.
 - As palavras, que se comunicavam entre si, pareciam ter muitos braços e entre abraços formavam uma rede invisível.
 - Se dizia, na escola, que eu devia pintar a terra e seus objetos com as cores verdadeiras da verdade e não com cores inusitadas.
 - Os adultos tinham orientado-me para que eu buscasse pintar a terra e seus objetos com as cores verdadeiras da verdade.
 - Era certo que meus desenhos transformariam-se, mais cedo ou mais tarde, em luas de papel amassado nas mãos da professora.
13. De acordo com o sentido do texto, assinale a alternativa em que as informações dão correta sequência ao trecho: Na época escolar, minhas “viagens espaciais” ao mundo da lua pintavam a Terra e seus objetos com as cores mais inusitadas,
- conforme viravam luas de papel amassadas nas mãos da professora.
 - porque viravam luas de papel amassadas nas mãos da professora.
 - mas era só até virarem luas de papel amassadas nas mãos da professora.
 - enquanto viraram luas de papel amassadas nas mãos da professora.
 - ou então virariam luas de papel amassadas nas mãos da professora.
14. Nas passagens “minhas ‘viagens espaciais’ ao mundo da lua **pintavam** a Terra e seus objetos” (1º parágrafo) e “Era como se **tivessem** muitos braços” (4º parágrafo), as formas verbais em destaque indicam, respectivamente,
- ação contínua no passado e ação em processo no presente.
 - ação concluída no passado e ação contínua no passado.
 - hipótese e ação concluída no passado.
 - ação em processo no presente e hipótese.
 - ação contínua no passado e hipótese.
15. Assinale a alternativa em que a expressão em destaque indica circunstância de lugar.
- Viver “**no mundo da lua**” e olhar para a Terra de outras distâncias, ...
 - ... até virarem **luas de papel** amassadas nas mãos da professora.
 - ... devia pintar **a Terra** e seus objetos com as cores verdadeiras da verdade.
 - O **mundo do Era uma vez** (...) significava para mim a nave espacial...
 - ... e entre abraços formassem uma **rede invisível**.

ATUALIDADES

16. “Nos últimos dias vimos uma pichação desprezível em um centro comunitário polonês e insultos verbais contra membros de minorias étnicas”

O departamento da polícia que se ocupa dos crimes racistas e de ódio nas redes sociais recebeu 57% a mais de denúncias entre 22 e 25 de junho, segundo informou o Conselho Nacional de chefes de polícia.

“Estamos chocados e profundamente preocupados com os recentes episódios de insultos xenofóbicos contra a comunidade polonesa e outros residentes no Reino Unido de origem imigrante”.

(<http://goo.gl/b4R020>. Adaptado)

O aumento da xenofobia no Reino Unido está associado a vários fatores, entre os quais,

- a luta incessante do país contra ataques terroristas do Boko Haram.
- a crise política que reduziu as relações diplomáticas com países asiáticos.
- o fraco desempenho econômico do país que não exporta mais *commodities*.
- o resultado do plebiscito que determinou a saída do país da União Europeia.
- a crescente instabilidade política entre o país, a Alemanha e a França.

17. Na sexta-feira (15.07), o primeiro-ministro do país afirmou que alguns setores militares se levantaram contra o Executivo, o que classificou de uma tentativa de golpe de Estado. Foram fechadas ao tráfego diversas ruas e pontes. Aviões e helicópteros militares sobrevoaram as duas cidades mais importantes do país, e houve enfrentamentos nas ruas após o presidente pedir que a população resistisse.

(<http://goo.gl/ZT9ReM>. Adaptado)

A tentativa de golpe ocorreu

- (A) na Turquia.
- (B) na Índia.
- (C) no Paquistão.
- (D) na Austrália.
- (E) no Líbano.

18. O estado do Rio de Janeiro decretou, nesta sexta-feira (17.06), “estado de calamidade pública”, que é o nível mais grave de atenção possível, em âmbito municipal ou estadual. Segundo um decreto de 2010, ele é usado quando o desastre é grande demais para que o município ou estado resolva por conta própria.

(<http://glo.bo/1YxEIsv>. Adaptado)

A medida foi tomada em consequência

- (A) do elevado nível de violência entre civis e PMS observado nas comunidades e nos morros às vésperas das Olimpíadas.
- (B) da crise financeira que dificulta o estado de atender às necessidades básicas, entre as quais a segurança e a saúde.
- (C) do aumento dos casos de dengue, epidemia que já provocou dezenas de mortes e que pode comprometer as Olimpíadas.
- (D) do forte crescimento das gangues de rua que geram um clima de insegurança para moradores e turistas estrangeiros.
- (E) do atraso na entrega das obras destinadas às Olimpíadas que já estão prejudicadas pela forte poluição da baía de Guanabara.

19. Dentre as várias notícias sobre a economia brasileira que foram lidas nos jornais e na Internet no decorrer do primeiro semestre de 2016, destaca-se

- (A) a redução do desemprego industrial.
- (B) a diminuição do trabalho informal.
- (C) o crescimento da produção de automóveis.
- (D) o aumento do consumo das famílias.
- (E) o superavit na balança comercial.

20. Em quinze dias, a Polícia Federal, o Ministério Público e a Receita deflagraram oito operações de grande porte contra a corrupção no Brasil. Turbulência, Custo Brasil, Recomeço, Boca Livre, Saqueador, Tabela Periódica, Sépsis e Abismo têm em comum o fato de serem frutos diretos ou indiretos da Operação Lava Jato.

(<http://goo.gl/q33Emtt>. Adaptado)

As oito operações têm como objetivo

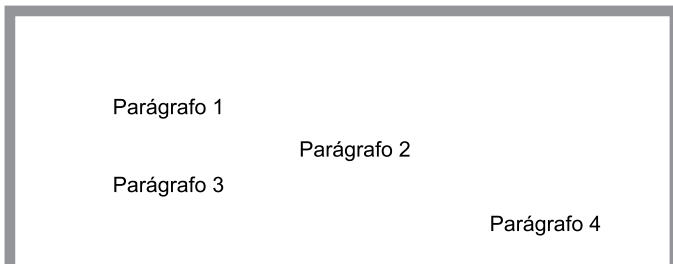
- (A) apurar desvio de recursos destinados às obras das Olimpíadas.
- (B) investigar as pedaladas fiscais dos membros do executivo.
- (C) combater esquemas de desvio e de lavagem de dinheiro.
- (D) investigar as fraudes levadas a efeito na Previdência Social.
- (E) determinar os responsáveis pela crise hídrica que afeta a população carioca.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

21. Um usuário pode tentar recuperar arquivos excluídos por engano no MS-Windows 7, em sua configuração padrão, por meio do aplicativo

- (A) Assistência Remota.
- (B) Disco de Reparação.
- (C) Limpeza de Disco.
- (D) Informações do Sistema.
- (E) Lixeira.

22. Observe a imagem a seguir, que contém 4 parágrafos de um documento sendo editado por meio do MS-Word 2010, em sua configuração padrão. Em cada parágrafo do documento digitou-se apenas a palavra “Parágrafo” seguida de um espaço em branco e um número.



Assinale a alternativa que correlaciona, corretamente, o parágrafo ao alinhamento aplicado.

- (A) Parágrafo 1 – alinhado à esquerda; Parágrafo 2 – justificado.
 (B) Parágrafo 3 – justificado; Parágrafo 4 – centralizado.
 (C) Parágrafo 1 – justificado; Parágrafo 2 – centralizado.
 (D) Parágrafo 2 – alinhado à direita; Parágrafo 4 – centralizado.
 (E) Parágrafo 3 – alinhado à direita; Parágrafo 4 – alinhado à esquerda.

23. A planilha a seguir está sendo editada por meio do MS-Excel 2010, em sua configuração padrão.

	A	B	C
1	1	8	3
2	3	6	1
3	5	3	3
4			

Assinale a alternativa que contém o valor que será exibido na célula A4, após esta ser preenchida com a fórmula =MÉDIA(A1:C1;A3:B3)

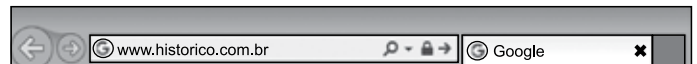
- (A) 1
 (B) 2
 (C) 3
 (D) 4
 (E) 5

24. Um recurso bastante comum do MS-PowerPoint 2010, em sua configuração padrão, é inserir imagens em uma apresentação de slides.

Assinale a alternativa que contém o ícone cujo nome é Imagem.

- (A) 
 (B) 
 (C) 
 (D) 
 (E) 

25. Observe a imagem a seguir, retirada do Internet Explorer 11, em sua configuração padrão.



_____ www.historico.com.br está preenchida(o)
 _____.

Assinale a alternativa que preenche, corretamente, as lacunas do enunciado.

- (A) O endereço ... na Barra de Status
 (B) A URL ... na Barra de Endereços
 (C) O endereço ... na Barra de Histórico
 (D) A URL ... no Catálogo de Endereços
 (E) O endereço ... na Caixa de Downloads

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. A Assistência Social, do ponto de vista constitucional, não é um ato de bondade do Estado; consiste em uma relação jurídica, inserida no campo do Direito. Os direitos socioassistenciais são parte da legislação protetora do ser humano, resultantes das lutas sociais e das necessidades provenientes das condições dos trabalhadores. A partir desse ponto de vista, é correto afirmar que a Assistência Social tem sua origem na segunda geração de direitos humanos, qual seja, nos direitos
- (A) liberais.
 - (B) naturais.
 - (C) sociais.
 - (D) individuais.
 - (E) difusos.
27. O SUAS – Sistema Único de Assistência Social organiza-se em dois níveis de proteção: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial. A unidade pública municipal, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, responsável pela organização e oferta de serviços, programas e projetos da Proteção Social Básica, a principal via de acesso ao SUAS e responsável pela gestão da rede de proteção social básica no seu território de abrangência, é o
- (A) CRAS – Centro de Referência da Assistência Social.
 - (B) SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
 - (C) Centro Pop – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua.
 - (D) CREAS – Centro de Referência Especializado da Assistência Social.
 - (E) SPCE – Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e emergências.
28. A Proteção Social Especial, prevista na Política Nacional de Assistência Social, supõe a existência de situações complexas, foco de intervenções especializadas, que exigem conhecimentos e habilidades técnicas mais específicas por parte da equipe profissional, além de ações integradas com outras políticas (saúde, educação, etc). Por isso, a Proteção Social Especial da Assistência Social está voltada à proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento de situações caracterizadas como
- (A) fragilidade assistencial.
 - (B) risco pessoal e social.
 - (C) carência socioeconômica.
 - (D) vulnerabilidade parcial e específica.
 - (E) desestruturação familiar.
29. O Bolsa Família é um programa do governo federal que tem como objetivo o combate à pobreza e à desigualdade no Brasil. O programa possui três eixos principais: complemento de renda, acesso a direitos e articulação com outras políticas sociais. A permanência das famílias no programa depende, entre outros critérios, do atendimento a determinadas condicionalidades, que são o cumprimento de responsabilidades da família junto aos seus membros em relação
- (A) às vulnerabilidades e riscos.
 - (B) a cada fase do ciclo de vida.
 - (C) ao trabalho e à renda.
 - (D) à alimentação saudável.
 - (E) à educação e à saúde.
30. O desenvolvimento do trabalho social pelo CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social requer a compreensão da situação vivenciada por cada família/indivíduo, considerando seu contexto social, histórico, econômico, cultural e de vida familiar. Conforme orientações técnicas: atuar na recepção dos usuários, identificar as necessidades apresentadas pelas famílias e indivíduos, avaliar se realmente constitui situação a ser atendida pelo CREAS e identificar demandas de encaminhamentos imediatos são atribuições da equipe de profissionais, inclusive do Educador Social, que fazem parte
- (A) do monitoramento.
 - (B) do acompanhamento especializado.
 - (C) da remissão.
 - (D) da acolhida inicial.
 - (E) da avaliação sistemática.
31. O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal se tornou o principal instrumento de identificação e caracterização das famílias de baixa renda, para a sua seleção e inclusão em programas federais. O Cadastro Único funciona como uma porta de entrada para as famílias acessarem diversas políticas públicas. A partir do momento em que a família estiver cadastrada, sempre que houver alguma mudança em sua situação, é necessário atualizar as informações. Mesmo sem mudança na família, o cadastro deve ser atualizado, obrigatoriamente,
- (A) no primeiro semestre de cada ano.
 - (B) anualmente.
 - (C) dentro de 18 meses.
 - (D) a cada dois anos.
 - (E) no período máximo de 3 anos.

- 32.** De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social, entende-se por serviços socioassistenciais as atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, os princípios e as diretrizes estabelecidos na referida Lei. A LOAS prevê, em seu Art. 23, § 2º, que na organização dos serviços da assistência social serão criados programas de amparo, entre outros, direcionados às crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social e
- (A) aos segmentos excluídos do mercado de trabalho.
 - (B) aos grupos estigmatizados da sociedade.
 - (C) aos indivíduos com uso de substâncias psicoativas.
 - (D) à parcela da população vitimada por calamidades.
 - (E) às pessoas que vivem em situação de rua.
- 33.** A Assistência Social é política pública que compõe o Sistema de Seguridade Social. Essa política procura romper com as visões e práticas que tomaram a pobreza como justificativa para a organização de ações e serviços de caráter repressor e tutelador e que ao longo da história responsabilizaram, unicamente, as famílias pelas dificuldades em cumprir o seu papel diante de seus membros. Nessa direção, o objetivo da proteção social no âmbito da assistência social é de fortalecimento das famílias
- (A) em suas funções de proteção.
 - (B) no resgate de valores morais.
 - (C) para sua inclusão no mercado de trabalho.
 - (D) em sua estabilidade emocional.
 - (E) na recuperação de seus papéis tradicionais.
- 34.** No contexto atual ainda encontramos crianças e adolescentes que têm a rua como espaço de vivência e sobrevivência. O trabalho social realizado com esse segmento da população deve ser priorizado pela equipe do Serviço de Assistência Social, do qual o Educador Social pode fazer parte. Há, nesses casos, procedimentos essenciais, tais como a possibilidade de busca ativa de familiares ou pessoas de referência, primando pela garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes. Nos casos em que não houver a possibilidade de retorno imediato ao convívio familiar, é necessário o acionamento da autoridade judiciária para a aplicação de medidas protetivas cabíveis e
- (A) da autoridade policial.
 - (B) do Conselho Tutelar.
 - (C) do dirigente de entidade de acolhimento.
 - (D) de família substituta.
 - (E) de advogado nomeado.
- 35.** A Lei nº 10.741/2003 considera violência contra a pessoa idosa qualquer ação ou omissão praticada em local público ou privado que lhe cause morte, dano ou sofrimento físico ou psicológico. Conforme Art. 19 do Estatuto do Idoso, os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra essas pessoas serão, obrigatoriamente, comunicados pelos serviços de saúde públicos e privados, à autoridade policial, ao Ministério Público ou aos Conselhos do Idoso de qualquer instância, bem como à autoridade sanitária, por meio de
- (A) boletim de ocorrência.
 - (B) laudo médico.
 - (C) notificação compulsória.
 - (D) relatório técnico.
 - (E) denúncia eletrônica.
- 36.** Três condições caracterizam as pessoas em situação de rua: pobreza extrema, vínculos familiares rompidos ou fragilizados e inexistência de moradia convencional. Entendendo o perfil e a dinâmica dessa população, verifica-se que, em situações transitórias, alguns ficam na rua como consequência de uma circunstância, mas conseguem preservar uma rede de apoio e suporte à qual poderá recorrer. Entretanto, há aqueles casos em que, com o passar do tempo e convivendo com outros que se encontram na mesma situação, seu grau de inserção e dependência da rua passa a ser mais forte que outros laços construídos outrora, em outros espaços, contribuindo para que a rua se configure como um espaço de
- (A) resistência e sobrevivência.
 - (B) infração e recuperação.
 - (C) descaso e acomodação.
 - (D) manipulação e usufruto.
 - (E) sofrimento e redenção.
- 37.** Na Assistência Social está previsto um tipo de Serviço Socioassistencial direcionado para os diversos segmentos que utilizam espaços públicos (praças, entroncamentos de estradas, terminais de ônibus, dentre outros) como espaço de moradia e sobrevivência. Trata-se de um trabalho planejado de aproximação, escuta qualificada e construção de vínculo de confiança com essas pessoas e famílias, nos espaços públicos, para atender, acompanhar e mediar acesso à rede de proteção social, denominado Serviço Especializado em
- (A) Plantão Social.
 - (B) Cadastro Social.
 - (C) Abordagem Social.
 - (D) Ronda Social.
 - (E) Demanda Social.

38. Um dos direitos fundamentais instituídos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente é o “Direito à *profissionalização e à proteção no trabalho*”. O ECA estabelece no seu Capítulo V que, ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários; ao adolescente até quatorze anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem; e a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz,
- (A) são garantidos igualmente os direitos trabalhistas.
 - (B) é aconselhável a capacitação profissional.
 - (C) é obrigatório o registro em carteira.
 - (D) é permitido trabalho de meia jornada.
 - (E) é proibido qualquer trabalho.
39. Recentemente, foi bastante veiculado pela mídia o caso da adolescente do Rio de Janeiro vítima de estupro coletivo. Exploração, violência e abuso sexual é tema tratado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. O Art. 241-D do ECA estabelece penalidades para quem aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, criança, com o fim de com ela praticar ato libidinoso. A pena, nesses casos, é de multa e
- (A) pagamento de cestas básicas.
 - (B) reclusão de um a três anos.
 - (C) prestação de serviços à comunidade.
 - (D) afastamento do agressor da moradia comum.
 - (E) indenização financeira à vítima.
40. A Lei nº 8.069/90 estabelece cinco direitos que considera fundamentais ao desenvolvimento das crianças e dos adolescentes. Na definição dos destinatários desses direitos, o ECA destaca fatores como: o nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. Nesse sentido, conforme o Art. 3º (§ único) do ECA, os direitos fundamentais estabelecidos nesta Lei aplicam-se
- (A) aos provenientes de famílias de baixa renda.
 - (B) aos grupos considerados minorias sociais.
 - (C) a todas as crianças e adolescentes.
 - (D) a crianças e adolescentes em situação de risco.
 - (E) aos discriminados quanto à raça e etnia.
41. A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. Conforme o Art. 2º da Lei nº 8.742 (alterado pela Lei nº 12.435/2011), a assistência social tem por objetivos, dentre outros, a proteção social, a defesa de direitos e a
- (A) autonomia individual.
 - (B) previdência social.
 - (C) vigilância socioassistencial.
 - (D) promoção social.
 - (E) política institucional.
42. Para a superação da exclusão social e o atendimento às diversas necessidades humanas ao longo do ciclo da vida, a Assistência Social assegura em lei a prestação de serviços públicos e benefícios aos cidadãos. O Art. 22 da LOAS define Benefícios Eventuais como as provisões suplementares e provisórias garantidas pelo SUAS e que são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de
- (A) desemprego.
 - (B) calamidade pública.
 - (C) moradia irregular.
 - (D) agravos de saúde.
 - (E) insegurança alimentar.
43. O BPC – Benefício de Prestação Continuada, vinculado à política de assistência social, é um benefício individual, não vitalício e intransferível. É a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família, cuja renda mensal *per capita* seja inferior a 1/4 do salário-mínimo. O BPC é destinado
- (A) aos egressos do sistema prisional em ressocialização.
 - (B) à população fronteiriça e quilombola.
 - (C) aos selecionados pelo sistema de cotas sociais.
 - (D) à pessoa com deficiência e ao idoso.
 - (E) aos migrantes e itinerantes.

44. O SUAS – Sistema Único de Assistência Social constitui-se na regularização e organização em todo território nacional das ações socioassistenciais, correspondentes a serviços, programas e benefícios da área de assistência social. Conforme definido no Art. 6º, § 2º da Lei nº 8.742 (alterada pela Lei nº 12.435/2011), o SUAS é um sistema descentralizado e participativo, integrado pelos entes federativos, pelas entidades e organizações de assistência social e pelos respectivos
- (A) fóruns de entidades sociais.
 - (B) representantes dos movimentos sociais.
 - (C) comitês gestores.
 - (D) conselhos de assistência social.
 - (E) colegiados de usuários.
45. Em uma década de implementação, o SUAS – Sistema Único de Assistência Social já está presente praticamente na totalidade dos municípios brasileiros e atinge um novo estágio: o de aprimoramento. A Norma Operacional Básica/2012 reafirma os princípios organizativos do SUAS, dentre os quais está o de que *“todos têm direito à proteção socioassistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e à autonomia do cidadão, sem discriminação de qualquer espécie ou comprovação vexatória da sua condição”*. Esse é o princípio da
- (A) universalidade.
 - (B) gratuidade.
 - (C) integralidade.
 - (D) intersetorialidade.
 - (E) equidade.
46. Para a assistência social, o termo segurança está vinculado à garantia de satisfação das necessidades sociais. É dessa forma que o SUAS, reconhecendo a presença de fragilidades e vitimizações sociais que comprometem os direitos de cidadania, busca construir apoios que permitam o fortalecimento do cidadão pela via da proteção social. A Norma Operacional Básica/2012 confirma as seguranças sociais da assistência social, quais sejam: acolhida, renda, apoio e auxílio, convívio ou vivência familiar e
- (A) identidade e autoestima.
 - (B) habilitação e reabilitação.
 - (C) exercício da cidadania.
 - (D) desenvolvimento da autonomia.
 - (E) interdependência pessoal.
47. O *“encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família”* é uma das medidas aplicadas aos pais, aos integrantes da família ou a qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, tratá-los, educá-los ou protegê-los, que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto. Conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 18-B, tais medidas serão aplicadas pelo Conselho Tutelar, sem prejuízo das sanções legais, de acordo com a
- (A) avaliação jurídica.
 - (B) conduta da criança.
 - (C) hierarquia familiar.
 - (D) idade do agredido.
 - (E) gravidade do caso.
48. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor. Trata-se do direito ao respeito, que consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente. Ainda de acordo com determinações do ECA (Capítulo VII, Título VII, Seção II) submeter criança ou adolescente sob sua autoridade, guarda ou vigilância a vexame ou a constrangimento é considerado
- (A) omissão grave.
 - (B) crime em espécie.
 - (C) infração administrativa.
 - (D) ação dolosa.
 - (E) delito primário.

49. O envelhecimento é um direito personalíssimo, e a sua proteção, um direito social. Conforme define o Art. 9º do Estatuto do Idoso, é obrigação do Estado garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, de forma a permitir um envelhecimento saudável e em condições de dignidade, mediante

- (A) efetivação de políticas sociais públicas.
- (B) responsabilização da família.
- (C) sensibilização da sociedade civil.
- (D) habilitação para a autonomia do próprio idoso.
- (E) conjugação de esforços das entidades sociais.

50. O Plano Municipal de Assistência Social – 2014 a 2017, do município de São José do Rio Preto, informa que, foram atendidos, na Proteção Social Básica, 10.084 indivíduos e/ou famílias, dos quais 4.671 no PAIF, principal serviço acessado, representando 46% dos atendidos nessa Proteção. Uma das diretrizes/prioridades estabelecidas pelo referido Plano é de “*Ampliação da cobertura da Proteção Social Básica*”, estabelecendo como uma das metas:

- (A) referenciar metade da população constante no Cadúnico.
- (B) propor 04 equipes volantes em territórios mais distantes.
- (C) implantar CRAS no território central e noroeste.
- (D) criar os serviços de convívio para pessoas com deficiência.
- (E) construir CCI – Centro de Convivência do Idoso.

